

# CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte Journal de Santa Catarina Class.: 10  
 Data 19 e 20 de Junho de 1988 Pg.: 28

# Mais elefantes (brancos) na Amazônia

Bola Teixeira

**P**ara não mexer com o sentimentalismo, o projeto foi batizado de Complexo Hidrelétrico de Altamira. Consiste em duas barragens próximo a Altamira (kararã e Babaquara) e mais cinco espalhadas ao longo dos rios Xingu e Iriri, que juntamente com o rio Curuá formam a Bacia do Xingu. Este é o objeto em questão que será levado à discussão a partir do lançamento do dossiê.

"O objetivo imediato é o de analisar um dos projetos que vem sendo instaurado de maneira autoritária, unilateral, a revelar a própria sociedade e naturalmente das comunidades indígenas", explica Pansa. Neste dossiê coloca-se em discussão (como profissionais do setor energético já questionam) a necessidade de se parar com a produção energética. "Temos que rever a maneira pela qual estamos desperdiçando", aponta o missionário, acrescentando que "deve-se criar tecnologia diferenciada em primeiro lugar e em segundo uma utilização mais inteligente que não seja uma produção subsequente a toda uma política consumista".

Pansa cita dois exemplos claros do modelo que na sua opinião devem ser expurgados para dar lugar a outras alternativas. "Eu tenho que ter 20 milhões de cabeças de gado porque tenho que mandar carne para a Itália, que depois manda para cá a carne contaminada de Tchernobil. Isso porque em nosso país existe crise de carne". Um outro exemplo clássico apontado por Pansa é a presença das grandes empreiteiras na região amazônica. "A Camargo Corrêa tem que inventar projetos, senão fecha o negócio. Não estaria na hora de fechar o negócio? Que é prejudicial para todo mundo, que só está engordando o sr. Sebastião Corrêa, amigo íntimo do presidente Sarney. Por que tantos bilhões de dólares para o financiamento da hidrelétrica do Xingu? Que o sr. Sebastião Corrêa, que tem estes bilhões, dê de graça a hidrelétrica".

No seu entender outras alternativas deveriam ser colocadas em debate como será o objetivo do dossiê. "Temos equipes estudando alternativas energéticas, também hidrelétricas. Pequenas hidrelétricas como se faz no mundo inteiro. As barragens da Europa são bonequinhas de criança em comparação a estes monstros", compara.

### Reações

Pansa é testemunha do que as entidades que assumiram a defesa da causa indígena vem sofrendo. "Estamos vivendo um clima muito pior do que daquele que existia durante o período dos governos autoritários militares. Como disse o presidente do Cimi (bispo Erwin Krautzer que se encontra em período de recuperação, vítima de um atentado) estamos voltando ao clima de oposição quando o marquês de Pombal expulsou os jesuítas porque estavam tomando a defesa dos índios".

Hoje em dia, Pansa diz que a perseguição é sistemática. "Nos acusam de crimes de lesão à Pátria, contrabando de minérios, tráfico de drogas. Chegaram a fazer campanhas difamatórias, com o governo federal e Funai dizendo que estamos transmitindo Aids nas comunidades indígenas. Estão exigindo que todo agente de pastoral do Cimi se submeta de maneira ao teste da Aids. A gente está fazendo, não temos nada a esconder. Entretanto porque a Funai não exige isto dos seus funcionários, dos garimpeiros, dos madeireiros, dos militares do projeto Calha Norte, onde há denúncia de violação de mulheres por parte de militares do Calha Norte", questiona o missionário, denunciando que 16 agentes de pastoral estão proibidos pelo Conselho de Segurança Nacional de ingressar em área indígena e condenando as informações falsas que fizeram parte da denúncia do jornal "O Estado

de São Paulo" contra o Cimi. "Mentiras, calúnias e documentos falsos derrubaram por dois meses a credibilidade do Cimi perante a comunidade nacional".

### Amazônia: patrimônio da humanidade

O apoio à causa da Amazônia e às comunidades indígenas, no entender de Pansa, tem sido até mais significativo por parte de grupos estrangeiros, especialmente Europa e Estados Unidos, do que propriamente pelo Brasil. Acredita que há duas motivações para esta preocupação, que considera fora de dúvida.

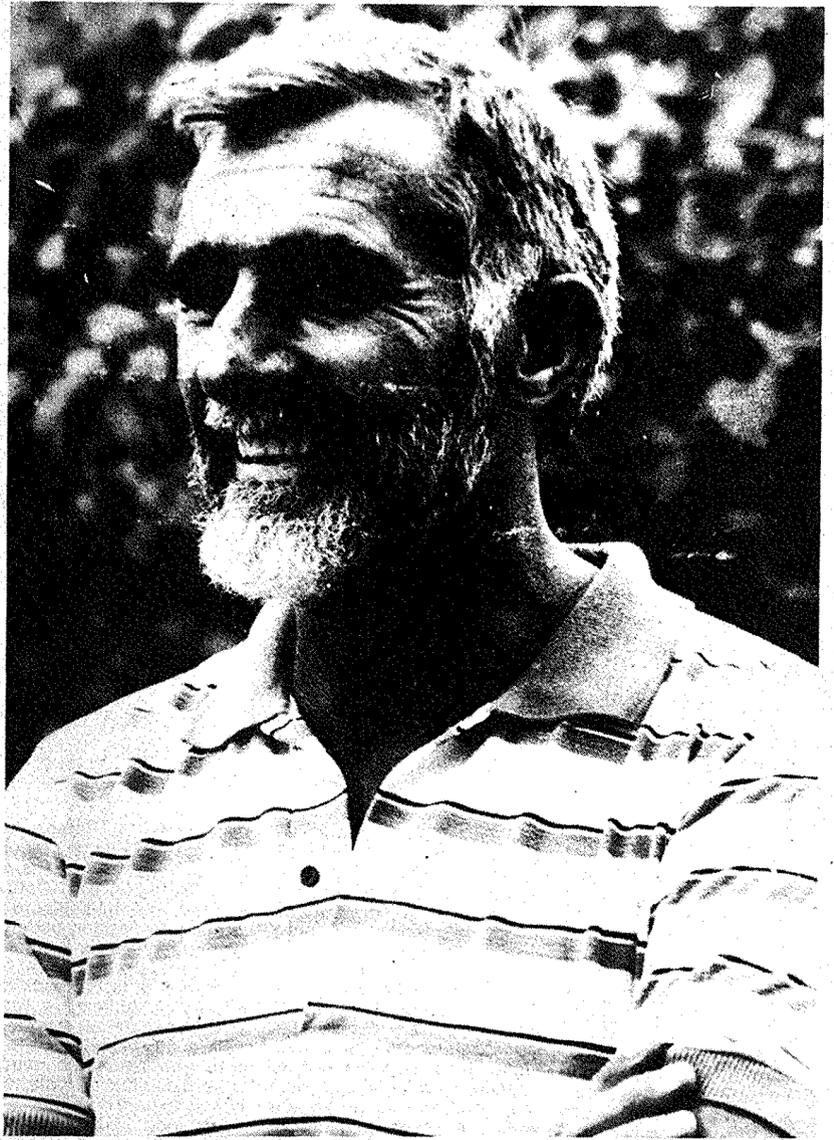
Primeiro porque a Amazônia constitui ainda um dos pontos que garante a sobrevivência da humanidade, e, segundo, porque a Amazônia desperta o interesse do mundo inteiro. Entretanto o poder de fogo exercido junto ao governo brasileiro, é fraco. "Eles não têm acesso ao poder decisional. Quem tem é o capital. Eles podem apoiar, mais pressionando os interesses de fora, porque 80% desta destruição do apocalipse da região amazônica visam interesses estrangeiros".

Do ponto de vista de Pansa, a população européia tem um papel importante a ser exercido em defesa da Amazônia. "Há uma campanha interessantíssima na Itália. Ou seja, ao invés de fazermos nossos móveis de madeira nobre que vem da Amazônia, vamos fazer com nossos pinheiros. Parece brincadeira. Mas se uma ou várias nações tomam esta consciência então não tem mais necessidade de desmatar a Amazônia porque sairá da linha de mercado. Agora, esta consciência no Brasil não existe". Segundo Pansa, no Brasil prevalecem os projetos que "são os relevantes interesses nacionais".

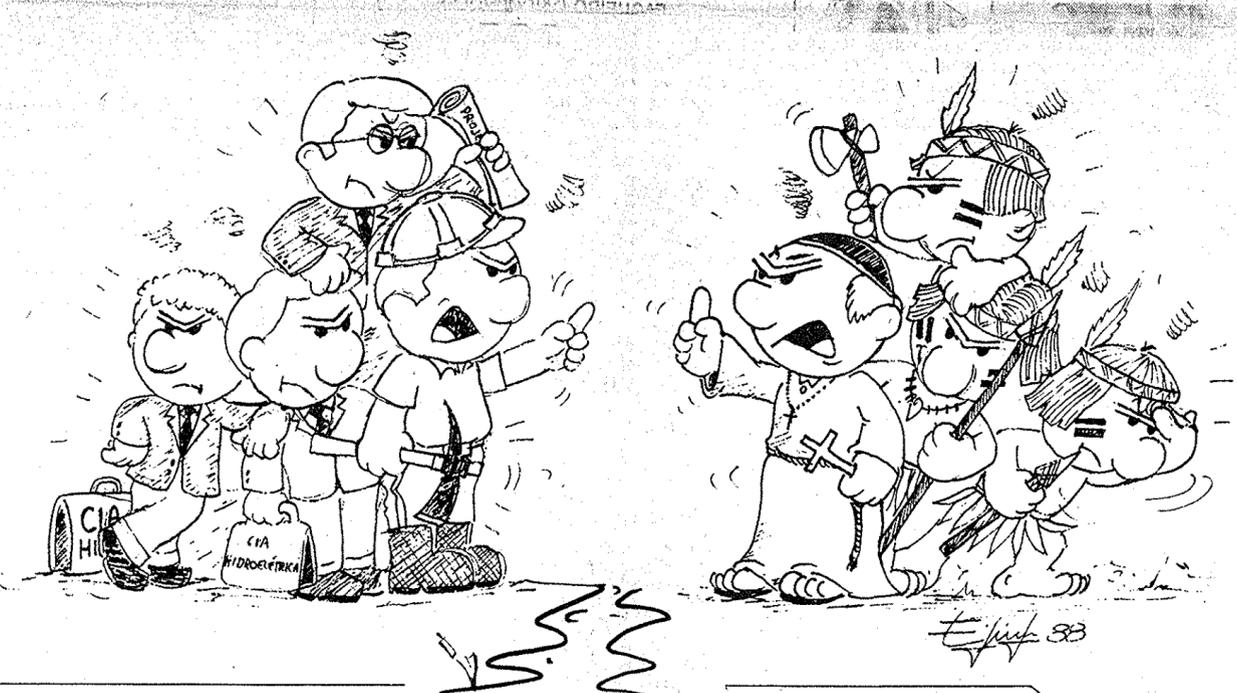
**F**ora do cenário e da coreografia elaborada pelo governo federal que tenta transmitir ao sul do País uma fantasiosa realidade, a questão Amazônica continua a ser empurrada de barriga a fim de atender os interesses de grupos privilegiados. Pouco se fala no projeto do Complexo Hidrelétrico do Xingu, uma obra que atenderá os caprichos econômicos em detrimento aos 580 mil km<sup>2</sup> que são banhados pela bacia do Rio Xingu, as comunidades indígenas, a população residente na região (inclusive colocando em risco a população da cidade de Altamira) e ao próprio meio ambiente.

Esclarecer a opinião pública dos destinos traçados pelo governo federal à região Amazônica foi um dos objetivos da vinda do missionário italiano, padre Saveriano Angelo Pansa. Membro do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e há 20 anos desenvolvendo atividades junto às comunidades indígenas do baixo Xingu, Pansa esteve em São Paulo para falar sobre o dossiê a ser lançado no mês de agosto denunciando o envolvimento do Complexo Hidrelétrico com a problemática da Amazônia e buscando restabelecer a verdade, geralmente distorcida pelo isolamento e a distância.

"É um projeto faraônico, o projeto do século, que seria de cima para baixo, pondo em risco imediato a sobrevivência de povos indígenas e outras populações com desastres ecológicos e conseqüências gravíssimas", afirma Pansa, que ainda comenta a reação do governo federal e autoridades em geral às entidades que estão em apoio aos direitos dos índios, ainda considerados como empecilhos; e o futuro da Amazônia e das populações indígenas com a futura Constituição.



Pansa: em defesa da Amazônia antes que seja tarde.



## Índio não aculturado tem que ser afastado

Por um curto período de tempo, graças a genialidade do presidente José Sarney, criou-se — por decreto — a figura do índio aculturado. Esta agressão civilizatória, acabou sendo revista. Mas o Conselho de Segurança Nacional, fruto de um outro decreto, continua a fazer parte dos processos de demarcação das áreas indígenas. E para completar o quadro, a aprovação da Assembleia Nacional Constituinte de um capítulo suicida no que diz respeito às comunidades indígenas.

"Estamos recuando à época de 1500, 1600 o índio era considerado um empecilho, obstáculo ao avanço do progresso", avalia Pansa o texto do relator Bernardo Cabral que considera a condenação dos povos indígenas. Questiona o missionário o porquê do texto

original da comissão de sistematização ter sido ignorado, assim como as emendas populares com mais de 40 mil signatários da mesma forma.

Pansa reconhece um certo avanço, mas contesta o subjetivo "caso de interesse da soberania nacional". Ou seja, se a nova Constituição prevê que os casos de mineração em território indígena será de competência do Congresso Nacional e não mais a nível do Poder Executivo, seja ele federal, estadual ou municipal, em contrapartida um "relevante interesse da Nação", poderá prevalecer em detrimento aos interesses da Amazônia.

"O que estamos presenciando hoje é uma política mineral que visa o pagamento da dívida externa com a exportação maciça e violenta de nossos

recursos minerais. Estamos praticamente formando estoques de minério, não em vantagem do Brasil, mas em vantagem de outros países que em nome de créditos para a dívida externa por parte do Brasil, estão hipotecando nossas riquezas minerais", afirma.

Pansa não tem dúvidas que o processo que prevalece é o de expurgar o índio fisicamente e através de outras manifestações que procuram minar sua cultura. "Aliciar lideranças indígenas para levá-las para a política indígena do governo, podemos igualar a aculturação total. Cria-se a assimilação de nossa sociedade por parte dos indígenas. O índio que não entra neste esquema é o que tem que ser afastado. O índio bom é aquele que não tem terra, que está morto".

### Quem deveria proteger financia a destruição

"A lei existe, mas desrespeitam de maneira tão descarada que às vezes a gente se pergunta se vale a pena fazer novas leis". A afirmação é de quem é personagem da história, com experiência própria para contestar em favor da questão ambiental, que na verdade carece de uma política.

Somente no ano passado, calculou-se em 200 mil km<sup>2</sup> a devastação sofrida pela floresta amazônica. "É uma coisa absurda se nós reportarmos a nível mundial. O que é 200 mil km<sup>2</sup>? É metade da Itália", confronta o missionário destacando que as maiores áreas de desmatamento centralizam-se no sul do estado do Pará, nos territórios de Rondônia e Roraima e no estado do Acre.

Mesmo admitindo avanços no capítulo aprovado pela ANC, Pansa questiona a obediência às leis. "O problema de desmatar a floresta primária como é a Amazônica para fins de pecuária. Isto é proibido pela lei. Mas o que assistimos é que a maioria dos projetos de agropecuária instalados na região amazônica consiste em derrubada de floresta com incentivos da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). O que deveria garantir a proteção da Amazônia é aquele que financia a sua destruição".

São exemplos como este que faz Pansa concluir que as leis estão aquém da grandeza da região amazônica. "O progresso do setor de meio ambiente na Constituição é insignificante se fizermos a proporção destes progressos e o tamanho da Amazônia".